



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681281 - MG (2021/0225904-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARLOS CICERO TIRADENTES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : MARLOS CICERO TIRADENTES DA SILVA - MG152533
RODRIGO CARNEIRO DE SOUSA AMENO - MG092736
JOAO ALFREDO PORTO GOES - MG196331
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCELO HENRIQUE DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : JOÃO HENRIQUE FURTADO DE OLIVEIRA
CORRÉU : CLEUTON JOSE SANTOS SILVA
CORRÉU : MARLOS CEZAR MACIEL FREIRE
CORRÉU : JUSCILENE DIVINO ALVES
CORRÉU : SILVANO TEIXEIRA PAZ
CORRÉU : AMANDA PEREIRA CAMPANA VENDITTI
CORRÉU : DENIO RODRIGUES DA SILVA
CORRÉU : CLAUDIONEY BARBOSA DA SILVA
CORRÉU : LINDOMAR ROBERTO DA SILVA
CORRÉU : CLEBER SILVERIO
CORRÉU : JOAO MARCOS CURY DA SILVEIRA
CORRÉU : DANILO OLIVEIRA LACERDA
CORRÉU : HENIO LEPESQUEUR COELHO
CORRÉU : ROSELI APARECIDA VASCONCELOS ALMEIDA
CORRÉU : AMARILDO VAZ OLIVEIRA
CORRÉU : ISRAEL DE JESUS MOREIRA
CORRÉU : TIAGO VIEIRA SOUSA
CORRÉU : LUIS HENRIQUE DA SILVA BORGES
CORRÉU : KEYLLA MARY BERALDO DE OLIVEIRA
CORRÉU : JOSE CARLOS DOURADO DE AZEVEDO JUNIOR
CORRÉU : LUAN FELLIPE MOREIRA BORGES
CORRÉU : KLEBER ALVIM MACIEL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO HENRIQUE DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n.

O paciente encontra-se preso desde o dia 15/6/21, por decisão exarada no curso da Operação Fastpass.

Sustenta o impetrante, em síntese, que o decreto construtivo contém fundamentação inidônea e está embasado em termos genéricos e abstratos. Aduz que o ora paciente está injustamente preso por suposições de que em liberdade, colocaria a em risco a ordem pública, a investigação e a aplicação da lei penal.

Argumenta que as justificativas esposadas para a decretação da medida extrema não devem prosperar, eis que se referem às circunstâncias elementares dos delitos, o que violaria os incisos I e II do artigo 315 do CPP. Defende que o ora paciente faz jus à liberdade provisória, pois não tem antecedentes criminais, possui residência fixa e ocupação lícita

Requer, liminarmente, o trancamento da ação penal, e, subsidiariamente, a revogação da prisão preventiva e concessão da liberdade provisória, ou a aplicação de medidas cautelares diversas nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo

Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente